

ATA N° 416/2021 – Primeira Assembleia Geral Ordinária de 2021

Aos treze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, realizou-se a primeira Assembleia Geral Ordinária do ano. Os 497 prefeitos e prefeitas da gestão 2021 a 2024 foram convidados pela Diretoria. A Assembleia foi realizada por videoconferência e coordenada pelo Coordenador Geral da Famurs, Márcio Espindola. O Presidente Maneco agradeceu a presença de todos os prefeitos e prefeitas. O Coordenador Geral Márcio Espindola apresentou a pauta: 1) vacinação contra a covid-19; 2) manutenção do auxílio emergencial para o enfrentamento às crises causadas pela pandemia de covid-19; 3) calendário de diálogo para debater volta às aulas no RS; 4) estiagem; 5) pedido de reajuste da EMATER; 6) não reajuste das mensalidades pagas pelos municípios a FAMURS; e 7) Proposta de formato e datas para a Assembleia de Novos Gestores. Sobre o primeiro assunto, vacinação contra a covid-19, o Presidente Maneco fez o relato sobre as reuniões com o Governador Eduardo Leite, e o preparo da logística do estado e municípios para o início da vacinação, colocando que o estado assumiu o compromisso de adquirir e distribuir as vacinas para os municípios gaúchos caso seja frustrada a distribuição pelo governo federal, que a aprovação da manutenção das alíquotas de ICMS no final de 2020 só foi possível pela condição do estado investir na compra e distribuição da vacina para todos os gaúchos e gaúchas se fosse preciso, registrando também o protocolo assinado pela FAMURS e a GRANPAL em dezembro de 2020 com o BUTANTAN, protocolo que possibilita a produção da vacina para os municípios do RS. Sobre o segundo assunto, manutenção dos auxílios emergenciais para o enfrentamento às crises causadas pela pandemia de COVID, foi aprovado que a Federação irá solicitar a prorrogação dos auxílios emergenciais para três frentes: cidadãos, municípios e empresas. O pedido deverá ser feito ainda esta semana, através de ofício, que será encaminhado ao gabinete da Presidência da República, Ministério do da Economia, Ministério da Cidadania, do Senado e Câmara dos Deputados. De acordo com o presidente da Famurs, Maneco Hassen, a medida tem como objetivo garantir uma previsão orçamentária aos municípios em 2021 e diminuir o impacto na economia municipal, causado pela pandemia de covid-19. Na ocasião, a ampla maioria dos gestores foram favoráveis ao pedido de continuidade do auxílio.

Os prefeitos também solicitaram que fossem incluídos no pedido a prorrogação do auxílio para empresas e para a população de baixa renda. Sobre o terceiro tema, calendário de diálogo para debater volta às aulas no RS, foi aprovado que a Famurs e o governo do Estado irão retomar a discussão da volta presencial das aulas no RS. A ideia é que Federação, juntamente com o Estado, realize nos dias 18, 19 e 20 de janeiro cinco seminários regionais, que contemple todas as associações de municípios. Durante os encontros, o governo estadual irá apresentar propostas de retomada das atividades escolares presenciais. Após a apresentação do plano de volta às aulas, elaborado pelo governo do Estado, a Famurs irá realizar, entre os dias 21 de janeiro a 2 de fevereiro, uma nova pesquisa para saber o posicionamento dos municípios a respeito do tema. O resultado da pesquisa será apresentado e discutido na próxima Assembleia Geral, marcada para o dia 3 de fevereiro. Sobre a quarta pauta, estiagem, foi aprovado que a FAMURS envie um pedido a bancada federal gaúcha solicitando que os valores indicados pela bancada em 2020 e que não foram pagos, sejam novamente indicados aos municípios do RS em 2021, e que seja atualizado pelo governo do estado o plano de medidas de enfrentamento a estiagem, devendo ser aprimorado a transparência e os critérios quanto a distribuição dos recursos e a agilidade. Sobre a quinta pauta, pedido de reajuste da EMATER, foi colocado que é inegável a relevância dos serviços prestados pela EMATER que resultam no desenvolvimento socioeconômico em muitos municípios gaúchos, cujos resultados são merecedores de elogios, todavia, considerando as dificuldades orçamentárias dos municípios, ainda mais agravadas pela crise do COVID, que não há possibilidade de conceder o reajuste solicitado, devendo ser mantido o valor pago atualmente sem reajuste. Foi aprovado que será feito o encaminhamento de um ofício a EMATER comunicando a decisão e solicitando o agendamento de uma reunião para debater e atualizar o plano de operação e trabalhos para 2021. Sobre a sexta pauta, não reajuste das mensalidades pagas pelos municípios a FAMURS, foi aprovado que a Famurs não fará o reajuste anual das mensalidades pagas pelos municípios à Federação. O Presidente Maneco explicou que a medida respeita o atual momento de crise enfrentado pelas administrações municipais e visa também dar um bom exemplo aos gestores que estão assumindo as prefeituras este ano. De acordo com Estatuto da Famurs - artigo 18, § 2.º-, caso houvesse o reajuste, a contribuição mensal sofreria um ajuste de 13,69%, conforme média do acumulado do IGP-M e do IPCA do ano de 2020. Sobre a última pauta, Assembleia de Novos Gestores, o Presidente Maneco Hassen apresentou a proposta de formato de evento híbrido, considerando os protocolos sanitários que o momento exige, e o mês de março para a realização do evento.

A proposta e as datas foram aprovadas pelos prefeitos e prefeitas. O Coordenador Márcio Espindola submeteu os encaminhamentos das pautas para a aprovação dos Prefeitos e Prefeitas e Presidentes das Associações Regionais. Após algumas manifestações positivas, constam aprovados todos os itens apresentados. Assim encerra-se a Primeira Assembleia Ordinária das Associações de Municípios, com a presença de prefeitos e prefeitas de todo o RS. Eu, Guilherme Machado, lavrei a presente que vai assinada por mim e os citados abaixo.

Porto Alegre, 13 de janeiro de 2021.



EMANUEL HASSEN
Presidente da FAMURS



MÁRCIO ESPINDOLA
Coordenador Geral da FAMURS



GUILHERME MACHADO
Diretor de Assuntos Municipais